Estudo de caso sobre a influência da produção cafeeira do século XIX na conjuntura econômica atual da região de Itatiba.

Carlos Eduardo de Freitas Vian[1]
Elisa Carlos Pereira[2]

Resumo

No século XIX, o café teve importância crucial para a região de Itatiba, trazendo desenvolvimento econômico e social ao município. Segundo Szmrecsányi (1990), o café modificou o cenário nacional e regional, desenvolvendo infra-estrutura, urbanização, industrialização e consolidando a importância política da região sudeste. Hoje as cidades da região estudada, são na sua maioria industriais, porém os traços do café ainda restam na arquitetura local do meio rural e urbano. Segundo Sanfins (2002) das 41 fazendas existentes hoje no município de Itatiba, 19 ainda possuem parte da infra-estrutura de produção de café e 6 exploram esses recursos com o Turismo em Espaço Rural. Esse trabalho pretende, portanto, estudar a influência da produção cafeeira do século XIX na conjuntura econômica atual da região, através de estudos de casos, em 2 propriedades: produtora e ex-produtora de café verificando as atividades alternativas viáveis de exploração dos recursos existentes.

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo verificar a influência da produção cafeeira do século XIX na conjuntura econômica atual do município de Itatiba, por meio de revisão bibliográfica e estudo de caso.

Segundo Szmrecsányi (1990), o café modificou o cenário nacional e regional, desenvolvendo infra-estrutura, urbanização, industrialização e consolidando a importância política da região sudeste. Com a vinda dos imigrantes italianos para trabalhar na lavoura de café ampliou-se a renda

1 Professor Doutor LES – ESALQ/USP
2 Graduanda em Engenharia Agronômica, ESALQ/USP

per capita do Estado e conseqüentemente o mercado consumidor, que demandando novos produtos incentivou o desenvolvimento econômico da região.

O café foi introduzido no município de Itatiba em 1850 e poucos anos depois já estava produzindo cerca de 200.000 arrobas de frutos. Durante as duas primeiras décadas do século XX, o município respondia por 5% da produção de café do Estado. Em 1930, com o declínio da produção, estabeleceu-se o setor secundário, crescendo cada vez mais até descaracterizar o município como agrícola e torná-lo industrial.

Hoje 54% das propriedades rurais possuem traços da produção cafeeira e dessas, 49% ainda realizam alguma atividade ligada às origens: Turismo em Espaço Rural ou ainda continuam no cultivo da espécie. Para conhecer a fundo as características das atividades consideradas, realizou-se entrevistas com os proprietários de duas das fazendas catalogadas, a fim de verificar a rentabilidade das atividades citadas. Verificou-se que a melhor opção ainda é a diversificação das atividades: agrícolas e turísticas, realizadas em conjunto.

O Turismo em Espaço Rural (TER) é uma saída alternativa para a elevação da renda da propriedade que por necessitar do objeto preservado garante sua conservação. Porém as iniciativas de preservação são individuais, necessitando buscar novas formas de apoio do governo e de ações coletivas.

Metodologia

Essa pesquisa foi dividida em duas etapas: levantamento bibliográfico e estudo de caso. O levantamento bibliográfico foi realizado para dar suporte técnico para a realização da segunda fase:

- Buscou-se em referências bibliográficas e anuários estatísticos a conjuntura econômica nacional da segunda metade do século XIX até o início do século XXI, focando na importância da produção cafeeira.
- Para levantar a conjuntura econômica a partir da metade do século XIX do município de Itatiba, buscaram-se dados em referências bibliográficas, e em visita ao Museu Histórico Municipal: “Padre

Francisco de Paula Lima" em Itatiba, entrevistou-se o Diretor: Paulo Degani e acessou-se o acervo técnico. Focou-se no volume da produção cafeeira e na sua influência para o desenvolvimento do comércio e da indústria.

- Verificou-se, por meio de consultas a sites: IBGE, IPEADATA, CEPEA, artigos científicos e bibliografia, a conjuntura econômica atual do município de Itatiba, elencando o PIB agrícola, industrial e de serviços, alem da produção agrícola municipal, evidenciando o volume de produção de café em comparação ao volume de produção estadual e nacional e a realização de atividades turísticas.
- Em consulta à prefeitura do Município de Itatiba, artigos científicos e teses, levantou-se o número de propriedades e a área rural do município.
- Elencaram-se as atividades realizadas pelas propriedades em questão e as características das benfeitorias. Escolheram-se duas propriedades que tenham sido, por hipótese, relevantes na produção cafeeira do século XIX e que possuíssem referências arquitetônicas dessa época.

A segunda parte da pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso, que segundo Dencker (2002) embora não possa ser generalizado é bastante utilizado para apoiar a elaboração de hipóteses. Yin (2001) aconselha a opção pelo método em situações em que haja um "foco temporal em fenômenos contemporâneos dentro de um contexto de vida real". Ou seja, em situações em que se parte da realidade para se construir a hipótese.

Os objetos de estudo dessa pesquisa são as duas fazendas escolhidas na primeira etapa, de acordo com as características anteriormente observadas. Para o levantamento de dados mais específicos escolheu-se a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, já que outros pontos de vista do tema desenvolvido podem surgir por meio da conversa com o entrevistado:

- Elaborou-se a entrevista semi-estruturada, baseada nos dados requisitados: história da fazenda, a fim de descobrir o volume de produção cafeeira no passado e sua proximidade com o desenvolvimento do setor; situação atual da fazenda, a fim de verificar se os traços da produção cafeeira são explorados economicamente; contabilidade financeira, objetivando comparar a rentabilidade das

atividades executadas; políticas, a fim de verificar se as instituições governamentais apoiam a atividade e de que maneira.

- Padronizaram-se os dados, trazendo-os para unidades utilizadas atualmente e calculou-se a participação da produção cafeeira da fazenda no total do município de Itatiba atualmente e no passado.
- Verificou-se das atividades econômicas realizadas nas fazendas quais possuem ligações diretas e indiretas com a produção cafeeira do século passado e calculou-se a sua rentabilidade: subtraindo da receita total, os custos totais operacionais. Consideraram-se como custos fixos: depreciação de maquinário e benfeitorias, mão-de-obra fixa e tributação trabalhista, impostos territoriais e de transações econômicas. Como custos variáveis foram considerados: mão-de- obra diarista, insumos de produção, manutenção e limpeza de máquinas. Para o cálculo de receita total foram utilizadas as taxas de ocupação e os preços realizados emitidos pelo entrevistado.

Revisão Bibliográfica

Conjuntura econômica nacional da segunda metade do século XIX até o início do século XXI.

Szmrecsányi (1990) afirma que antes do desenvolvimento da produção cafeeira no Brasil, exploravam-se os recursos naturais disponíveis e o trabalho servil do país, a fim de enriquecer o mais rápido possível a metrópole. O país permanece estagnado até o final do século XVIII quando a primeira revolução industrial demanda novos produtos coloniais como: açúcar e algodão.

O autor coloca que a partir do início do século XIX até metade do século XX, o ciclo do café modifica o cenário nacional e regional, desenvolvendo infra-estrutura, urbanização, industrialização e consolidando a importância política da Região Sudeste.

Bacha (2004) divide a cafeicultura em quatro fases: primeira fase: 1727 a 1810; segunda fase: 1811 a 1870; terceira fase: 1871 a 1896; quarta fase: 1897 a 1929.

Primeira fase: 1727 a 1810.

Segundo o autor, a primeira fase refere-se à adaptação edafoclimática da espécie no país. Até o início do século XVIII, a demanda mundial por café era suprida pelas Antilhas Francesas. Com a revolução francesa, as Antilhas tornaram-se independentes e, conseqüentemente, a oferta mundial do produto decaiu. Diante dessa situação, os europeus buscaram em suas colônias locais potências para a produção do café.

O Pará foi o primeiro local onde foi implantado o café experimentalmente, devido à proximidade às Antilhas. Porém, para espanto dos produtores, a espécie não se adaptou e, durante todo o século XVIII o cafeeiro foi experimentado em todo o litoral nacional, até chegar ao Rio de Janeiro em 1811.

Segunda fase: 1811 a 1870

Finalmente ao se adaptar nas terras cariocas, segundo o autor, inicia-se a segunda fase, na qual ocorreu a expansão da produção cafeeira para todo o Estado carioca até alcançar o Estado de São Paulo (Vale do Paraíba) e Minas Gerais.

Entre 1804 a 1818, a produção nacional aumentou em 300 vezes, mesmo sem incentivos políticos. Em 14 anos, o volume da produção já era suficiente para garantir o consumo doméstico e exportar o excedente. Szmrecsányi (1990) afirma que em 1820, o café ocupava o terceiro lugar na pauta das exportações do Brasil, atrás do açúcar e do algodão. Em 1840, segundo Silva (1976) o café já era o principal produto da pauta da exportação do Brasil. Na década de 1860, o país tornou-se o produtor de cerca de 50% do café mundial.

O crescimento expressivo que ocorreu na segunda fase deve-se, de acordo com Bacha 2004, (pág 111) e Furtado (1989):

- Grande aumento na demanda mundial de café, na Europa e nos EUA, devido ao considerável aumento do número de indústrias, cujos trabalhadores com altas cargas horárias de trabalho necessitavam de bebidas estimulantes.
- Colapso da mineração em Minas Gerais, o que liberou mão-de-obra, para atividade de pecuária e agricultura. Observe que a mão-de-

obra aqui considerada era escrava, de modo que estava havendo transferência de capital entre as atividades, da mineração para a cafeicultura.

- A boa aceitação do cafeeiro às condições edafoclimáticas dos arredores do RJ.
- Mercados com preços baixos para os principais produtos de exportação da época, açúcar, algodão, couro, fumo, entre outros.
- Transferência da Corte Portuguesa para RJ, que incentivou o plantio, através de doações de sementes por Dom João VI.

Terceira fase: 1871 a 1896;

Para o estudo em questão a terceira fase é a mais importante, já que foi nessa época que se estabelece a importância do Planalto Paulista (Ribeirão Preto – Jundiaí, incluindo a região estudada), através do aumento expressivo da produção cafeeira, além da introdução de massas de imigrantes no país.

Segundo Szmrecsányi (1990), esse período caracteriza-se pelo deslocamento do centro dinâmico da cafeicultura do Rio de Janeiro para São Paulo, em especial para o Planalto Paulista, cujas condições ambientais para o cultivo eram ainda mais propícias; a topografia menos acidentada permitia aumentar a escala de produção, o que gerava rendimentos maiores por pessoa e por hectare. Os cafeicultores da região, também eram mais ambiciosos e combativos, e principalmente mais abertos às inovações tecnológicas. Logo mecanizaram sua produção e adotaram novas tecnologias de beneficiamento do café.

> *"A fazenda cafeeira era um empreendimento capitalista baseado no trabalho escravo, nisto ela não chegava a distinguir-se do engenho açucareiro, criado no Brasil-Colônia. Mas, ela se distinguia deste, tanto pelo caráter permanente e não temporário do seu cultivo, como pelas menores necessidades de capital que acarretava, mantendo-se assim ao alcance de um maior número de empresários do que o engenho açucareiro" (Szmercsányi – 1999, pág.20).*

Com o aumento da escala de produção, recorrente das melhores condições ambientais do Planalto Paulista, a necessidade de mão-de-obra cresceu expressivamente. Os escravos como fatores de produção extremamente caros e cada vez mais escassos, devido à grande demanda,

deixaram de ser uma alternativa economicamente viável.

Fato esse que pressionou ainda mais a abolição da escravatura e a busca por mão-de-obra mais especializada. A imigração foi a solução das Instituições Governamentais. Segundo Silva (1976) em 1870, o Estado de São Paulo tomou a seu cargo todas as despesas relativas à imigração. E em 1880, a imigração tornou-se massiva. Os colonos recebiam uma quantia fixa por pé de café bem conservado até a colheita. Em época de colheita contratavam-se mais mão-de-obra, e embora o salário pago fosse maior que das outras culturas, havia sempre carência de trabalhadores. Com o fim da escravatura em 1889, aumentou em 20x o número de imigrantes vindos para o Brasil para trabalhar na agricultura, em relação a 1880.

Como a cultura de café precisava constantemente ser trocada de lugar, já que o solo era exaurido de seus nutrientes rapidamente, encontrava-se em locais distantes das habitações da época, mais um fator que favoreceu a imigração. Com isso os núcleos coloniais eram implantados, pelo que Pereira (1988) chama de Planejamento em rede. Eram instalados em locais estratégicos para o desenvolvimento da urbanização. Jundiaí era um município localizado entre a produção de café e o seu escoamento e o município de Itatiba nessa época estava somente então se deixando de ser considerado bairro de Jundiaí.

Segundo Szmercsányi (1999) o uso de mão-de-obra assalariada facilita a ampliação do mercado consumidor, cuja gama de produtos demandada se modifica e a tecnologia utilizada também se desenvolve. O aumento do consumo interno é incentivado pelo aumento da renda per capita média. Furtado (1989) mostra que a renda per capita do Brasil passa de U$ 50,00 no início do Século XIX para U$ 43,00 na metade e atinge U$ 106 no final do século.

Além disso, ao contrário das fazendas de cana, as fazendas cafeeiras não eram auto-suficientes. Lambert (1978) diz que nessa época mesmo não sendo auto-suficiente a unidade produtora de café, possuía parte da suas terras voltadas para a subsistência dos trabalhadores, que plantavam nas entrelinhas do café. Prática extinta poucos anos depois devido à queda de produtividade dos pés de café, logo tanto os trabalhadores como os Barões e suas famílias precisavam adquirir outros produtos de subsistência nos mercados próximos, o que fez com que os setores terciários regionais se

desenvolvessem para abastecer as grandes fazendas.

Dessa forma estabeleceu-se a função dos mercados, que ao venderem seus produtos, acumulavam capital para demandar outros produtos que deveriam ser ou comercializados ou ainda produzidos, gerando novos empregos e, portanto, mais mercado consumidor.

Silva (1976) mostra que na segunda metade do século XIX, o comércio mundial cresceu num ritmo sem precedentes. O que criou condições favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo, nos países em que este ainda não havia se desenvolvido. O café apoiou ainda mais essa difusão, uma vez que o desenvolvimento do comércio é condição fundamental para a difusão do sistema capitalista.

Ainda segundo o autor, vencidos os contratos ou ainda em épocas de super produção, os imigrantes migravam para as cidades desenvolvidas a partir dos núcleos coloniais construídos por outros imigrantes e ali estabeleciam-se em outros setores, como indústria e comércio, transferindo fator de produção (mão-de-obra) para os setores secundário e terciário da economia regional.

Nesse mesmo momento histórico, Bacha (2004) afirma que com a exportação de café, ocorre o crescimento econômico de todo o país, por meio da entrada de divisas internacionais que permite o financiamento direto da importação de infra-estrutura para a instalação de parques industriais de bens de consumo não-duráveis. Silva (1976) coloca que a indústria nascente desse processo era voltada para atender a demanda interna crescente, sendo a primeira têxtil seguida da de alimentos, logo a matéria-prima era proveniente da agropecuária.

O Estado em parceria com os cafeicultores investiu principalmente em sistemas de transporte (ferrovias), infra-estrutura geral (energia elétrica, iluminação de rua), sistema bancário (caixa de conversão), indústrias. Além da transferência indireta para o restante da economia, através de impostos.

A terceira fase foi também importante para o desenvolvimento de políticas internas do país, já que os cafeicultores eram: agricultores, industriais e também políticos e dessa forma tornaram o país um pouco menos dependente da metrópole, uma vez que como coloca Bacha (2004)

o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a produção cafeeira é a primeira iniciativa tomada dentro do país e pelo país, não mais pela metrópole (Portugal).

Lambert (1978) afirma que o café teve um papel social ainda muito importante, além daqueles citados por Bacha (2004): incentivou a partir de 1930 a mobilidade social dentro do país, o que o autor chama de mobilização entre o Brasil arcaico (nordeste) e o Brasil moderno do Sudeste.

Segundo Bacha (2004) até então o governo interferia na produção somente em relação aos aspectos fiscais, uma vez que algumas produções eram exportadas por portos de outros estados. Na década de 1890, o Brasil chegou a produzir cerca de 60% de todo o café mundial, interferindo dessa forma no preço do produto.

Quarta fase: 1897 a 1929.

Segundo Bacha (2004), a quarta fase caracteriza uma superprodução que levou à decadência de grande parte dos produtores. Greenhill (1992) coloca que em 1909, o Brasil passa a produzir 76% do café mundial. E permanece na casa dos 70 por cento durante toda a década de 1910. É também a fase com maior interferência do Estado.

Como a produção cafeeira tendia sempre ao crescimento e conseqüentemente ao aumento do *market-share* internacional, a taxa de câmbio torna-se, portanto, uma ferramenta política para proteção dos cafeicultores. Com as superproduções consecutivas, o governo começa a interferir, por alguns motivos principais: primeiro, como mostra Greenhill (1992), porque era o principal produto de exportação do Brasil e segundo porque os cafeicultores faziam parte do governo.

Diante das constantes supervalorizações que ocorrem desde 1890 até 1930, Bacha (1992) coloca que os agricultores pressionavam o governo para que este criasse políticas agrícolas a fim de desincentivar a produção cafeeira. O Estado de São Paulo em resposta às pressões dos agricultores, em 1906 organizou o Convênio de Taubaté, com o apoio do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O convênio previa um "empréstimo estrangeiro a ser levantado (...)

a fim de comprar o café excedente a preços mínimos fixados em moeda estrangeira; um imposto seria cobrado sobre cada saca exportada para prover receita vinculada ao serviço do empréstimo. Ademais, para manter os preços de café em moeda doméstica nos preços mínimos fixados, o valor externo da moeda brasileira seria sustentado a uma taxa relativamente desvalorizada" (Bacha, 1992, pág 37).

Bacha (2004) mostra que para garantir a política do governo de São Paulo, criou-se uma Caixa de conversão, que tinha como objetivo estabilizar o preço da moeda nacional em relação à libra esterlina. Para a instalação da Caixa de conversão, obteve-se um empréstimo, cuja intenção era pagá-lo com o absorvido pela produção cafeeira.

Em 1917, houve a segunda superprodução cafeeira, que foi mais uma vez comprada pelo governo de São Paulo, financiados pelo que Bacha (1992) chama de modo inflacionário, já que se emitiram 110 mil contos de réis.

Em 1924, foi criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, redenominado como Instituto do Café do Estado de São Paulo, que intervia comprando, sempre que a produção excedia o limite que garantia o preço mínimo do produto. Recolhia capitais no exterior que eram pagos em sobretaxas exercidas sobre o transporte de sacas de café pelo Estado de SP.

Segundo Bacha (2004), no início do século XX, as exportações de café respondiam por no mínimo 50% de nossas exportações totais. E em 1924, a produção chegou ao máximo de 76% do total exportado pelo país. Toda a política cambial nacional era afetada pelo preço de café e segundo as necessidades de remuneração dos cafeicultores.

Quinta fase: 1930 a 1980

A partir de 1930 até 1980, o que poderia ser chamado de quinta fase do café, Delgado (2002) conceitua como a história da industrialização brasileira. "Foi meio século de urbanização e crescimento industrial acelerado, e também de transição de uma economia agrário-exportadora para o modelo de economia industrial-retardatária, o que gerou uma agricultura adaptada às pressões da demanda econômica, mas ainda assim

profundamente heterogênia, social e regionalmente".

Saes (1986) coloca que as condições para o surgimento da indústria estabelecem-se com o desenvolvimento da economia cafeeira na segunda metade do século XIX. Abolição da Escravidão, a entrada de imigrantes como trabalhadores livres, monetarização da economia, incluem-se entre os elementos necessários à possibilidade de industrialização.

A intervenção governamental também foi bastante evidente. Em 1931 foi criado o primeiro órgão específico para a formulação das políticas cafeeiras, foi o Conselho Nacional do Café. Em 1933 foi criado o Departamento Nacional do Café, cujo responsável passou a ser o governo federal, o que fez com que os cafeicultores perdessem parte da autonomia que o Conselho Nacional previa.

Em 1946, foi reestruturado como Departamento econômico do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda. O Instituto Brasileiro de Café (IBC) foi criado em 1952, vinculado agora ao Ministério da Indústria e Comércio Exterior, extinto somente em 1990 quando a política voltada ao produto foi finalmente agregada ao restante das *commodities* devido à perda de importância. Porém foi criado o Departamento Nacional do Café que vigorou até julho de 1999. Desde então foi transferido do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sob responsabilidade do então denominado Departamento do Café. A perda da importância da representatividade da produção nacional acompanhou a perda de importância da própria produção.

Segundo Bacha (2004), na década de 1960, a oferta de café nacional tornou-se menor que a demanda internacional por café brasileiro, devido a uma política proposital de erradicação de cafeicultores. O IBC pagava determinado montante para cafeicultores erradicados. Para aumentar a produtividade, na década de 70, elaborou-se o Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, concedendo crédito subsidiado a uma série de atividades: formação de mudas, plantio de cafezais, recepa de cafezais, incentivo ao uso de fertilizantes e corretivos de solo, financiamento ao uso de defensivos agrícolas, à aquisição de equipamento de defesa fitossanitária, melhoria da infra-estrutura nas propriedades cafeeiras e custeio de entressafra. O número de covas de café, passou de 2,3 bilhões em 1968

para 3,5 bilhões em 1981.

A desregulamentação do café

O café, assim como outras culturas de peso no Brasil e no mundo, é organizado em Sistemas Agroindustriais. Saes (1999) afirma que o Sistema Agroindustrial do Café após sua desregulamentação, em 1990, tem se defrontado com rápidas mudanças no seu ambiente competitivo, que impactam profundamente todos os segmentos do Sistema: fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos; produção primária; primeiro processamento (beneficiamento); segundo processamento (solúvel, torrefadores); comercialização.

Saes (1999) citando Lago (1996) observa que a produção nacional desde 1968 não ultrapassa os 25 milhões de sacas de café. A produção nacional de 2003 foi de pouco mais de 18 milhões de sacas. Enquanto a demanda mundial cresce a uma taxa de 1,5% ao ano. Essa restrição da oferta do café brasileiro no mercado mundial tem levado à preferência de outras nacionalidades para constituição dos *blends*.

Segundo a autora, parte dessa dificuldade do setor de acompanhar a expansão mundial deve-se às políticas realizadas na segunda metade do século XX pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), cuja estratégia era reter a oferta (após as crises sucessivas de superprodução) para sustentar o preço. A política de garantia dos preços mínimos fez com que os preços de café de qualidade e sem qualidade praticamente se igualassem. O que desincentivou a busca pela melhoria. Atitude contrária à demanda mundial que de pouco em pouco exigia uma qualidade sempre mais elevada, devido principalmente a entrada de novos países produtores no mercado.

A autora ainda coloca que em 1960 devido ao excesso de matéria e à modernização conservadora houve subsídio do governo para a formação da indústria (de segundo processamento), por meio da facilitação da compra de matéria a preços mínimos para os produtores e vendidos a preços baixos para as indústrias. O que ocorreu foi um superdimensionamento do parque industrial cafeeiro. Como todo o ambiente institucional mundial estava e ainda está hoje, em constantes modificações, não foram realizados investimentos nos segmentos que deviam ter mais flexibilidade: capacitação

gerencial, desenvolvimento de produtos (principalmente voltados à qualidade), redução dos custos de produção (para sustentar a empresa, depois do fim do subsídio), aperfeiçoamento de processos.

O *market-share* internacional entre 1990 e 1995 do café brasileiro correspondeu a 19,8% do café utilizado para formação dos *blends* internacionais, sendo os maiores importadores: Dinamarca, ex-Iugoslávia, Grécia, Argentina, Síria e Turquia (que juntos não representam mais de 5% das importações mundiais), como cita Saes (1999).

Conjuntura econômica a partir da metade do século XIX do município de Itatiba

Segundo Degani, já em 1786 quando ocorreu o primeiro censo nacional, já havia em Itatiba algumas poucas famílias. O bairro então chamado Belém, pertencia a Atibaia. Caracterizava-se como um vale que se encontrava entre cidades importantes economicamente como: Jundiaí, Atibaia e Bragança. Cultivavam-se produtos de subsistência, com a tecnologia herdada dos índios Guarulhos que ali viviam. Em 1814 passou a ser considerada Capela pertencente à Jundiaí. E finalmente em 1830 tornou-se freguesia.

A terra, considerada fértil, era cultivada com cana de açúcar e assim ficou até 1850 quando Ignácio Correia de Lacerda, tropeiro, trouxe para a região os primeiros pés de café, que eram cultivados para abastecer uma demanda regional pequena, ou seja, para subsistência.

Veiga (1905) afirma que a região possuía características edafoclimáticas compatíveis com as demandas do café, o que fez com que a produção crescesse consideravelmente até 1860, enriquecendo todos os agricultores que abandonaram a produção de cana. Ainda nessa época a produção era feita com escravos.

O autor cita que em 1857, o município de Itatiba já produzia cerca de 200.000 arrobas de café em coco. Em 1860, segundo dados disponibilizados por Greenhill (1992 – pág 307). O Brasil já era responsável por 57% da produção mundial de café. Porém nessa época São Paulo não respondia por 10% da produção nacional. Rio de Janeiro era o principal produtor nacional com cerca de 1,5 milhão de sacas de 60 kg, segundo dados de Bacha (2004,

pág 112).

Considerando que foram exportados via Santos, segundo dados disponibilizados por Greenhill (1992 – pág 389) 223.120 sacas de 60kgs e também que Veiga (1905) referia-se à produção do município como para exportação, então se pode dizer que o município de Itatiba já era responsável por 22% da exportação via Santos.

Como a importância econômica da produção cafeeira crescia em todo o país, assim também crescia a demanda por mais terras para expandir a fronteira agrícola. Itatiba tornou-se visada, como grande parte da região do Planalto Paulista.

A crescente ocupação dos cafeicultores e a conseqüente demanda por produtos diferenciados, serviços e lazer gerou no município um aquecimento econômico dos outros setores. Segundo Degani, a energia elétrica é instalada em Itatiba em 1878 com nafta e querosene. Havia no município em 1887: 9.335 habitantes censeados pela Estatística da Província de São Paulo (27 anos após a primeira safra do município) e havia 78 estabelecimentos comerciais.

Como mostra Campos (1916) "A 1º de março de 1890, Dona Jacinta Alves Cardoso contraiu matrimônio com o Sr. José Joaquim Lanhoso de nacionalidade portuguesa, então abastado comerciante da capital, estabelecendo-se como um grande empório no bairro dos Pereiras, e com uma loja de fazendas à rua Camilo Pires, esquina com a rua Quintino Bocaiúva, nesta cidade. Muito amável, o Sr. Lanhoso possuía verdadeira bossa comercial, tanto que os seus fregueses preferiam fazer compras quando o mesmo se achava no estabelecimento. O interessante é que os seus fregueses, em vez de comprarem apenas o artigo que necessitavam, acabavam comprando outros, isso porque ficavam desvanecidos ante as atenções que dispensava aos mesmos".

Itatiba já era conhecida, de acordo com Degani no segundo quartil do século XIX, como a Suíça Paulista, antes mesmo de o ser Campos de Jordão, pelo clima agradável, o que durante muito tempo foi um atrativo às visitações do município. O que gerou uma alta rotatividade de pessoas importantes da época. Portanto, as notícias itatibenses repercutiam tanto na capital do Império: Rio de Janeiro, quanto na capital da República: São

Paulo. O que gerou a necessidade de um meio de comunicação mais eficiente, foi quando foi instalado o primeiro telégrafo na cidade.

Segundo Veiga (1905) a produção de café de Itatiba chegou até o início do século XX, a 600.000 arrobas por safra, ou seja, 9.000 toneladas de café. Bacha (2004, pág 113) afirma que no final do século XIX a produção do Estado de SP alcançava 216.900 toneladas. Portanto, pode-se estimar que no final do século XIX Itatiba respondia por 4,15% da produção Estadual de café.

Segundo Degani, o transporte do produto até então era feito por estradas de terra que ligavam Itatiba e Jundiaí, e dali era levado ao porto de Santos pela estrada de ferro Santos-Jundiaí. A estrada passou a ser insuficiente e, em 1889, então inaugurou-se a estrada de ferro que ligava Itatiba e Louveira e dali o café seguia para o porto de Santos.

Degani afirma que nesse mesmo ano de 1889, 4 meses antes da assinatura da Lei Áurea, Itatiba libertou seus escravos. Greenhill (1992) demonstra que vieram para o Estado de São Paulo, em 1886: 32.110 imigrantes, principalmente para o trabalho na cafeicultura. Em 1890, logo após a abolição esse numero cresceu para 108.688. Nova massa em 1894: 136.142.

Parte desses imigrantes passavam pela hospedaria dos imigrantes, como cita Pereira (1982), porém uma pequena parte ia direto aos núcleos coloniais, como aquele de Jundiaí. A formação do núcleo exigia além de conhecimentos da terra, tecnologias para construção das casas. O que fez com que o ofício de pedreiro, bem como as tecnologias de olaria e cerâmica fossem difundidos. Além disso, para constituir uma comunidade era necessário estabelecer trocas através do comércio que rapidamente cresceu na região e produção daquilo que se fizesse necessário.

Como cita Pereira (1982) "A relação entre a necessidade dos objetos e as funções que as pessoas desempenhavam para viver, pelo menos no início, é levada às últimas conseqüências. As atividades diárias de sobrevivência, trabalho e descanso, resultam na criação de objetos extremamente adequados. O trabalho artesanal utiliza técnica simples, mas as idéias são absolutamente antigas e universais" (pág 23). Esse tipo de necessidade fez com que as indústrias fossem se estabelecendo, a partir das manufaturas.

O café trouxe para o município o desenvolvimento também do setor secundário, já que o produto necessitava de beneficiamento, o que aumentou a demanda por empregos. Além disso, no final do século XIX e início do século XX, para abastecer a demanda tanto dos cafeicultores, como dos agricultores (então assalariados), foram criadas indústrias de cervejas, meias. No texto (datas e produção), verifica-se que em "1905, havia no município 251 estabelecimentos comerciais. Conforme os registros municipais acham-se qualificados pela maneira seguinte: 21 lojas de fazendas, 79 armazéns de secos e molhados, 3 farmácias e uma drogaria, 2 hotéis e restaurantes, 5 hospedarias, 16 açougues, 7 padarias, 9 sapatarias, 6 alfaiates, 4 fábricas de cerveja, (...) 7 mecânicos, serralheiros e ferradores, 6 barbeiros."

Em 1906, segundo Veiga (1916), a área cultivada com café era de 4.146 alqueires, com média de 1628 pés por alqueire, ou seja, um total de 6.771.500 pés de café. Nesse ano, também assina-se o contrato de ligação telefônica e inaugura-se o tratamento de água e esgoto e o município já possui quase o triplo da população de 20 anos antes: 21.790 pessoas.

Porém foi só na segunda década do século XX que a indústria aumentou sua importância consideravelmente, com a implantação em 1914 da fábrica de tecidos, pela família Scavone (imigrantes italianos) e a população já havia crescido em proporção cada vez maior: 25000 habitantes de acordo com a Comarca do Estado de São, citados por Degani.

Em 1920, segundo o anuário estatístico de 1934, Itatiba possuía 221 estabelecimentos produtores de café, que produziam 3.630 toneladas de café em 9002 hectares de área cultivada. Havia nessa área cerca de 7.201.446 cafeeiros.

Com dados do Anuário Estatístico de Café 1934, é possível verificar que no município de Itatiba a produção na década de 1920 se estabiliza, havendo ciclos de altos e baixos, como pode ser visto no gráfico abaixo. A média, porém, é de 268.000 sacas de 60 kg por safra. É somente no início da década de 1930 que se inicia uma queda visível.

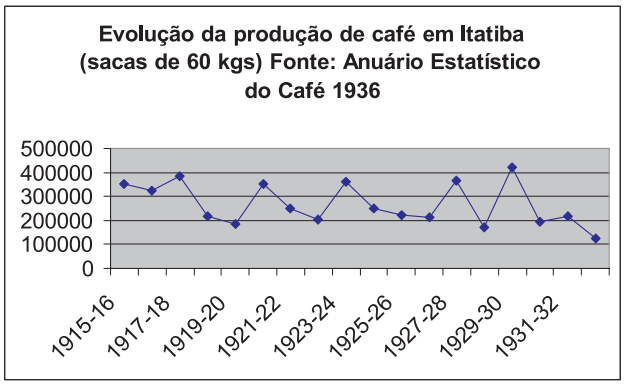

Figura 1. Evolução da produção de café em Itatiba. Fonte: Anuário Estático do Café, 1936. Fonte: Anuário Estatístico do Café. Realização dos autores.

"Em fins da década de 1930, os fazendeiros eram obrigados a entregar 30 por cento da sua colheita para o governo, para serem destruídos (a quota de sacrifício), e mais 40 por cento a um preço fixo. O restante poderia ser oferecido no mercado aberto, sob certas restrições, relativas a portos de embarque e controles cambiais. Passou-se a cobrar impostos de exportação para cobrir os custos administrativos, resgatar adiantamentos aos fazendeiros e reembolsar empréstimos anteriores sobre o café. As autoridades usaram as ferrovias para regular os suprimentos para os portos através de um sistema de quotas de transporte para todas as fazendas. Proibiram-se novos plantios e aplicou-se um rigoroso processo de classificação. As políticas visavam manter os preços a um nível que permitisse lucros para as fazendas melhor administradas." (Greenhill, 1992 pág 242)

Itatiba, de certa forma sofreu com essas modificações na conjuntura econômica, uma vez que sua produção diminui drasticamente. Em 1932, segundo o anuário estatístico de 1936, havia 230.418 cafeeiros novos ainda não produzindo. Somados aos 7.489.125 já produzindo, então havia no município 7.719.543 cafeeiros que produziam 127.252 arrobas, ou seja, 1908,78 toneladas em 4383,25 alqueires.

Como pode ser visto no gráfico abaixo com dados do Anuário de 1934 e de dados disponibilizados por Degani, a participação da produção cafeeira de Itatiba no total do Estado de São Paulo entra em queda desde a segunda metade da década. Até 1930, isso ocorre devido ao aumento da produção do restante do estado. E a partir de 1930, pela diminuição da produção do café em Itatiba e pelo aumento do restante do Estado.

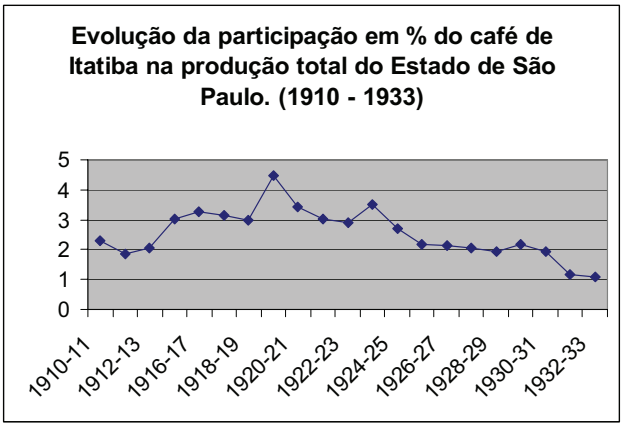

Figura 2. Evolução da participação em % do café de Itatiba na produção total do Estado de São Paulo. Fonte: Anuário Estatístico de Café, Museu Histórico de Itatiba. Realização dos autores.

Em 1929, muitos fazendeiros foram à falência, juntamente com a desestabilização das políticas agrícolas especificas do produto, como mostra Greenhill (1992). Com isso Itatiba foi invadida por especuladores que tomavam as terras dos agricultores endividados. Foi nesse momento que a maioria das fazendas foram redivididas.

Foram necessários alguns anos, para que a resistência intrínseca nos Itatibenses fosse quebrada e o município mudasse seu foco. No final da década de 1930, Paulo Abrel instalou uma fábrica de seda, cuja matéria-prima também era produzida na própria região, nas fazendas do empresário.

A partir de então a importância econômica da produção agrícola do município decai constantemente e da indústria cresce expressivamente. É também nesse momento, que os serviços começam a ter mais expressão.

Em 1942, segundo o anuário estatístico de 1943/44, nas 227 propriedades produtoras de café, em 2.298 alqueires de café, havia 1.898.150 cafeeiros. Desses 385.500 tinham entre 8 a 20 anos, 749.827 entre 20 a 40 anos e, finalmente, 762.823 com mais de 40 anos. De todos os pés, 17.250 encontravam-se abandonados.

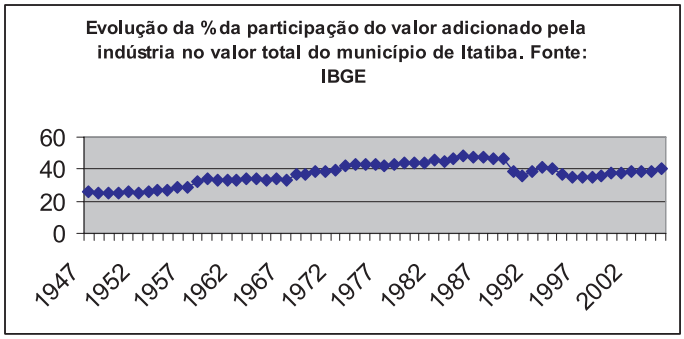

Figura 3. Evolução da % da participação do valor adicionado pela indústria no valor total do município de Itatiba. Fonte: IBGE. Realização dos autores

Como se pode visualizar no gráfico acima, a participação da indústria no valor adicionado total do município de Itatiba, segundo dados do IBGE, aumenta gradualmente a partir de 1947. Fonseca (1943) elenca as instituições existentes no município em 1943:

"Indústria: das cidades e municípios do interior, Itatiba está envolvida em um surto admirável, contando-se: 2 fábricas de fósforos; 4 de tecidos de seda;1 de tecidos de lã; 1 de tecidos de casimiras, 1 de tecidos de algodão; 2 de macarrão; 3 de calçados; 1 de sabão; 2 de doces; 4 de bebidas; 1 de benefício de algodão; 1 de benefício de café; 2 serrarias; 1 de benefício de arroz; 1 de tamancos; 4 fecularias e outras em construção. No Comércio: temos muitos estabelecimentos comerciais, entre eles, armazéns, lojas, oficinas diversas, grandes padarias e outros. Temos o grande Hotel Colina, (...) e a grande pensão familiar Central,(...) e a Fazenda Paraíso, hoje transformada em hotel, como estação de repouso.Comunicações: Há rodovias estaduais, com boa estrada automobilística, ou seja, de rodagem, conservadas pelo DER que cruzam elas para Jundiaí, Campinas, Serra Negra, Bragança, e outras cidades circunvizinhas. Tem uma Estrada de Ferro que parte deste município até Louveira, onde se baldeia para São Paulo e vice-versa, pela manhã e à tarde. Possui o município muitos automóveis e caminhões de carga."

Desde então o município pode ser considerado industrial, principalmente após a instalação da primeira fábrica de móvel em 1960, que originaria mais tarde o apelido ao município de "Capital Brasileira do Móvel Colonial", grande parte dessa industrialização recorre à tecnologia trazida pelos imigrantes, como coloca Bueno (1990).

"Nos braços do imigrante europeu, apoiou-se a evolução cafeeira, mas foi da cabeça de parte desses imigrantes, que se formou o embrião do desenvolvimento industrial" coloca Bueno (1990). A autora afirma que dispondo do controle do grande capital comercial, esses imigrantes inseriram-se entre os importadores e aliaram-se a eles nas atividades complementares e paralelas que constituíram a origem das empresas industriais por eles fundadas ou, das pequenas empresas, cujo controle assumiam, em função da disponibilidade de capitais próprios ou a eles acessíveis.

Conjuntura econômica atual do município de Itatiba

Segundo dados do IPEADATA, o PIB a custo de fatores do município de Itatiba, no ano de 2003 foi de R$ 910.311.730,00. O valor adicionado pelo setor agropecuário (R$ 36.879.000,00) é o menos representativo, cerca de 4,5% da soma dos valores adicionados pelos três setores. Já o setor industrial com 57,2% do total é o mais representativo: R$ 472.993.390,00. Finalmente o setor de serviços que responde por 38,4%, com R$ 317445760,00.

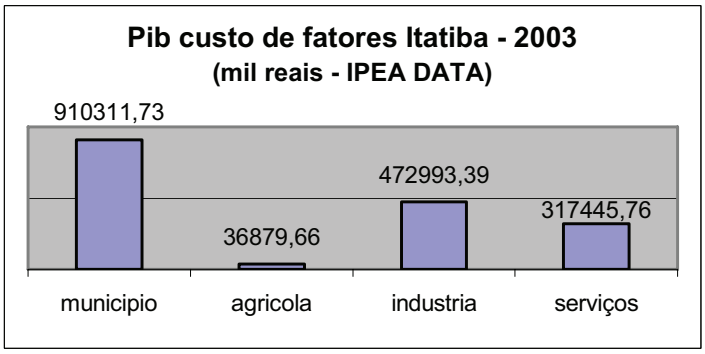

Figura 4. PIB a custo de fatores de Itatiba – 2003. Fonte: IPEA DATA. Realização dos autores.

Portanto as principais fontes de divisa por município são certamente a indústria e os serviços. No setor industrial, o município se destaca, dentre as 55 indústrias catalogadas por Sanfins (2002), pela produção têxtil (desde a metade do século XX); metalurgia e química. Em relação ao setor de serviços, o comércio de móveis é reconhecido nacionalmente.

Considerando a agricultura, a fruticultura é o tipo de cultivo mais importante, tanto que Itatiba encontra-se numa proposta de *marketing* organizada denominada Circuito das Frutas, em que cidades do entorno realizam atividades turísticas ligadas às produções de frutas principais de cada cidade.

Segundo Rocha (2006) a "Região Sudeste foi responsável por 55% da produção frutícola nacional, fato atribuído a dois fatores, o primeiro diz respeito à sua tradição em fruticultura e o segundo à proximidade com os maiores centros de consumo do espaço nacional." O Estado de São Paulo é o principal produtor de frutas do Brasil, responsável por 45% da produção nacional (ANUÁRIO, 2005). Considerando a grande participação do transporte no preço final do produto e a relevância da Grande São Paulo como o maior mercado consumidor do país, evidencia-se que a competitividade desse Estado no mercado interno é superior às demais regiões produtoras.

Os autores referem-se ao pólo de produção frutícola em questão como Bandeirante, do qual Itatiba faz parte e sobressai-se pela produção de caqui. Em 2003, essa fruta respondeu por aproximadamente 19% do total da fruticultura municipal de acordo com dados compilados do IBGE cidades. A fruticultura, por sua vez, responde por 33% do PIB agrícola. Em relação ao total da agropecuária, a cultura de caqui responde por 6% do PIB agrícola do município do mesmo ano.

Os autores ainda identificaram "pontos diferenciais da região, como a elevada especialização da mão-de-obra; a difusão de conhecimentos tácitos e de um sistema de representações sociais; a capacidade de viabilização, de forma sustentável, da pequena propriedade rural com emprego de mão-de-obra familiar; a capacidade de geração de empregos e renda; as possibilidades de conquista de novos nichos de mercado, dada a proximidade com os grandes centros urbanos e, por fim, as articulações com outros setores da economia, sobretudo a agroindústria e o turismo" (Rocha, 2006 pág 153).

Pereira (2006) verificou que a região do município de Itatiba, considerando os municípios vizinhos e também São Paulo e Campinas possuem um mercado consumidor potencial de R$7.483.027,00 para gastos em atividades relacionadas ao Turismo Em Espaço Rural. Esse montante equivale a 4% do potencial total do país.

Nesse mesmo trabalho, a autora verifica que o município de Itatiba possui potencial para exploração dos seguintes tipos de Turismo em Espaço Rural ("todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta" (Pereira, 2006. pág 185): Ecológico, histórico-cultural e agroturismo.

Segundo Campanhola (1999) ecoturismo "é a realização de uma viagem a áreas naturais que se encontrem relativamente sem distúrbios ou contaminação, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nessas áreas".

Pereira (2006) define "turismo histórico - cultural constitui-se de atividades de admiração, observação e contato com o patrimônio cultural" (Pereira, 2006: pág 188).

Silva (1998) define agroturismo como: "atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc.), a partir do tempo livre das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa".

Das atividades citadas acima, Turismo Histórico-Cultural e Agroturismo são os que mais se enquadram para exploração turística das fazendas em questão. Além disso, segundo Boteon (2006) a oferta de café nacional no mercado mundial esta abaixo da demanda interna e mundial, de forma a reduzir os estoques e aumentar o preço do produto. Considerando que a produção nacional ainda continua representativa: um terço da produção mundial, a produção de café ainda pode ser uma alternativa para os proprietários das fazendas estudadas.

Segundo dados do IBGE, em 2003, o município produziu 11.000 sacas de 60 kg ou 623 toneladas de café em grãos. Nesse mesmo ano, o país produziu 1.970.000 toneladas de café em grão. O que significa que o município foi responsável por menos de 0,1% da produção nacional. Considerando a produção do Estado de São Paulo de 170.200 toneladas, ou 2.836.667 sacas de café, que representa cerca de 15% da produção nacional, o município contribui com 0,3% do volume. Considerando a exportação do produto, com dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), o café foi responsável por 5,4% do valor total exportado no país entre janeiro de 2002 e janeiro de 2003. Considerando

o volume exportado de 61.517 mil toneladas, com dados Aliceweb, o café foi responsável por 2,3%, com 1.375 mil toneladas.

O café no município de Itatiba é o sexto produto com maior participação em volume de produção, perdendo somente para laranja, milho, uva, caqui e tangerina. E seu valor de R$ 997.000,00 corresponde a 2,7% do valor adicionado pela agropecuária no ano de 2003 com 625 toneladas. Considerando todo o PIB municipal, o café é responsável por 0,1% do valor adicionado.

A produção de 625 toneladas é realizada em 5 fazendas, segundo levantamento de Sanfins (2002), que ainda possuem a infra-estrutura total ou parcial da produção cafeeira do século XIX.

A infra-estrutura da produção cafeeira do século XIX pode ser considerada, segundo Guimaraens (2006) como patrimônio cultural, já que faz referência às criações tecnológicas e possuem características arquitetônicas que identificam uma época específica do país. Além disso é prova viva da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O que pela lei expressa no artigo 216 da constituição de 1988 deve ser preservado. Além disso, a autora coloca que o Estado prevê incentivos à produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Segundo Lemos (1987), as fazendas em questão, tratam-se de bens culturais que respeitam três grandes categorias de elementos: a natureza, no sentindo em que dá condições de sobrevivência e através da geografia dá diferentes situações de sobrevivência, donde geram-se os regionalismos; ao conhecimento de técnicas e finalmente a partir de diferentes situações nascem as diferentes formas de sobrevivência, que Lemos (1987) chama de "conhecimento, saber e saber-fazer", as construções de bens culturais surgem, portanto do conhecimento aplicado sobre o ambiente. As tradições, hábitos, mitos dos povos que vivem em regiões rurais produzem, através das provas de sobrevivência, bens culturais que devem ser preservados.

Focam-se nas tradições, hábitos, mitos e afins porque garantem a sobrevivência dos povos em outras condições caso o ambiente mude (e ele está em constante desenvolvimento e, portanto, modificações). Principalmente em um ambiente pós-globalização, em que a dinamicidade do mercado, por exemplo, é muito grande e exige adaptações focadas e

constantes. O turismo histórico-cultural pode ser realizado paralelamente aos outros tipos de turismo já citados, explorando o meio, porém sem massificar os hábitos da região.

Em relação ao município de Itatiba, considerou-se nesse trabalho, somente as fazendas que possuem parte ou toda a infra-estrutura da produção cafeeira do século XIX, além das fazendas que ainda produzem café, seja para subsistência como para o comércio. Sanfins (2002) levantou as propriedades rurais existentes em 2002 no município de Itatiba. Foram identificadas 41 propriedades, dessas 22 ou 54% ainda fazem parte da infra-estrutura da produção do café do século XIX.

Tabela1. % das fazendas que desenvolvem atividades relacionadas à produção cafeeira.

Atividades	Numero de fazendas (%)
Produção de café	5 (22%)
Turismo em Espaço Rural (TER)	6 (27%)
Produção de café e TER	2 (8,7%)
Produção agropecuária	12 (51%)

Fonte: Sanfins (2002). Realização dos autores

Observando os dados é possível verificar que das 22 fazendas que ainda possuem alguma ligação com a produção cafeeira do século XIX, 22% ainda produzem café, enquanto 27% utilizam a infra-estrutura para exploração de Turismo Em Espaço Rural. Logo, pode-se dizer que 49% das fazendas sobrevivem efetivamente devido à exploração dos recursos herdados do século XIX.

Dentre as 22 fazendas consideradas, foram escolhidas: Fazenda Nossa Senhora da Conceição e Fazenda Cachoeira. A primeira foi a maior produtora de café no século XIX e ainda produz café, porém em pequena escala e realiza turismo rural há aproximadamente 10 anos. A segunda apoiou consideravelmente a produção de café do município de Itatiba, no século XIX, não produz café e procura alternativas viáveis para entrar no ramo de Turismo em Espaço Rural.

Estudo de Caso

Fazenda Nossa Senhora da Conceição

A fazenda pertencia a Francisco José da Conceição que, em 1871, foi condecorado como Barão de Serra Negra por Dom Pedro II. Francisco era bastante influente na política e economia histórica do século XIX. Teve 20 filhos, embora somente 10 sobreviveram. Como o café era a produção econômica mais importante da época, distribui seus 10 filhos entre todas as suas propriedades. A Fazenda Nossa Senhora da Conceição, comprada em 1810, era a mais próxima da única ferrovia do país: Santos – Jundiaí. Havia 3000 alqueires com 350 mil pés e produtividade de 30 arrobas por alqueire. A produção média da propriedade era de aproximadamente 90.000 arrobas por safra. Se considerarmos a produção média da segunda metade do século XIX de 400.000 arrobas de café, é possível observar que a fazenda já foi responsável por 22,5% da produção do município.

Em 1929 com a crise do café a fazenda começou a diversificar a produção, introduzindo a vitivinicultura com a tecnologia proveniente dos imigrantes italianos, no lugar dos 120 escravos anteriores. Em 1980, a Fazenda para de produzir café e uva. E permanece abandonada até 1996 quando o proprietário, Agrônomo formado pela Faculdade de Pinhal, herda da família e como representante da quinta geração, retoma as atividades produtivas.

Hoje a Fazenda possui somente 40 alqueires ou 96 hectares, menos de 1,5% da área original. Ainda preserva a sede da fazenda com 8 quartos, casa de hóspedes para 12 pessoas, casa de colonos, igreja, senzala, museu do café, terreiros, máquina de beneficiamento, despolpadora, piscina, lago, restaurante, empório.

Possui 1,5 hectare de área de café orgânico (100% arábica), porém não certificado. São 6 mil pés de cafeeiro, com produtividade de 1.500 a 2.000 kg de frutos por ha. Ou ainda 25 – 33 sacas de 60 kg de café em coco por safra. O produto é despolpado, torrado e moído na própria fazenda utilizando os equipamentos da época, resultando em 8 a 12 sacas de 60 kg de café beneficiado. Considerando dados do IBGE cidades o município de

Itatiba produz cerca de 3460 sacas de 60kgs de café beneficiado. Logo a participação da fazenda Nossa Senhora da Conceição, continua expressiva, cerca de 0,5% da produção municipal, bem como praticamente a mesma proporção de área considerada.

O café é vendido no Empório da Fazenda a R$ 3,5 cada 250 gramas, torrado ou moído. Para garantir a venda, o proprietário realiza aulas de apreciação de café *gourmet*. Não houve interesse na certificação devido à dificuldade de adaptação às normas exigidas, ao preço elevado das auditorias, e principalmente pela estabilidade da demanda do seu café. Não se sabe se os turistas estariam dispostos a pagar mais pelo produto certificado, uma vez que seu custo certamente seria repassado.

Abastece o próprio restaurante com hortaliças orgânicas cultivadas próximas à cozinha do restaurante. São 4 empregados fixos que além da parte agrícola, também fazem toda a manutenção da propriedade. A maior dificuldade observada pelo administrador é a desqualificação técnica da mão-de-obra, que ainda busca ganhar a vida na cidade.

O atual proprietário do empreendimento e administrador de todas as atividades possui características empreendedoras relevantes: conhecimentos em áreas diversas, como agricultura, história, economia, contabilidade, administração, gerenciamento de recursos humanos entre outras e principalmente aproveitou no momento certo um nicho de mercado em expansão na década de 1990 e baseou seu marketing no hedonismo e na carência das pessoas.

Todas as características citadas proporcionaram a escolha pela adoção da diversificação das atividades na propriedade. Sabendo dos riscos referentes às intempéries o proprietário escolheu continuar produzindo mesmo que simbolicamente café, porém orgânico e com tecnologia de cultivo contemporânea e introduzir na propriedade atividades de Turismo em Espaço Rural.

Foram listadas as seguintes atividades realizadas: hospedagem rural, restaurante, trilhas ecológicas, visitas pedagógicas para terceira idade e estudantes, confraternizações de empresas, passeios a cavalo.

Seguindo a padronização de segmentação da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABTR), verifica-se na fazenda em questão: Turismo

ecológico (trilhas), turismo histórico (visitas pedagógicas), Turismo Rural (passeio a cavalo, restaurantes e hospedagem), além de turismo urbano em espaço rural (confraternizações empresariais).

Turismo ecológico. Algumas trilhas são acompanhadas por monitores e o passeio custa R$2,00 por pessoa que tenha almoçado no restaurante.

Turismo histórico. Da mesma forma que as trilhas, nos finais de semana, os clientes do restaurante podem participar das visitas guiadas pagando R$ 2,00 por pessoa (crianças não pagam). Escolas e grupos de terceira idade são agendados durante semana. Normalmente, a Fazenda recebe de 5 a 6 visitas por semana. Os preços variam. Os grupos variam de 70 a 120 pessoas. Para esse tipo de apresentação são contratados um grupo de monitores diaristas para a realização de atividades especiais focados à história da produção cafeeira.

Turismo Rural: O restaurante funciona *a la carte* de sábado, domingo e feriado e possui 180 lugares. Sábado, cujo movimento é mais lento, são contratados poucos garçons e cozinheiros. Já no domingo onde a rotatividade pode chegar a 300 pessoas, o número de garçons e cozinheiros aumentam.

Na hospedagem rural, como o proprietário denomina, a diária acompanha café da manhã. Quando, em 1996 o proprietário abriu o empreendimento investindo pesado nessa atividade, porém observou que a demanda por pouso em propriedades rurais, não difere da demanda por serviços de hotéis urbanos, como serviço de quarto vinte e quatro horas, frigobar, ar condicionado, televisão no quarto e etc. Com isso, o proprietário decidiu deixar de investir na atividade paulatinamente. Somente para estrangeiros que apreciam o espaço sem descaracterizá-lo, adaptando suas demandas às ofertas do local.

Turismo Urbano em Espaço Rural. Em época de final de ano, o proprietário disponibiliza o espaço da fazenda somente para a empresa contratante. Não há hábito de pouso nessa atividade e o preço varia conforme os serviços e a empresa.

Agroturismo. Os vizinhos da fazenda, ainda produzem (como resquícios históricos) a vinicultura para a produção de vinho. Durante um certo período o proprietário fazia parcerias com seus vizinhos para

exploração do agroturismo, através da visitação do cultivo de uva e da produção do vinho. Porém a dificuldade de organizar mais essa atividade inviabilizou o empreendimento.

Considerando as informações disponibilizadas pelo proprietário a rentabilidade (receita – custos totais) proveniente da produção de café não seria suficiente para a quitação dos custos fixos. Foram considerados nos custos da produção de café orgânico: adubação de compostagem, controle alternativo de pragas e daninhas, mão-de-obra diarista para colheita, gasolina e sacarias e manutenção de maquinários.

Considerando a rentabilidade do turismo rural isolado: hospedagem e restaurante, os custos fixos seriam pagos, porém o montante que restaria para investimentos na área seria irrisório.

O turismo Histórico-Cultural da maneira com que é realizado na Fazenda é a alternativa mais rentável. 50% da rentabilidade proveniente da atividade já é suficiente para bancar os custos fixos e ainda sobrará 50% para a família.

Dessa forma, como todas as atividades são realizadas ao mesmo tempo têm-se que de toda a rentabilidade da propriedade: 60% é proveniente do Turismo Histórico-Cultural, 36% do Turismo Rural e finalmente 4% da produção de café, como mostra o gráfico abaixo.

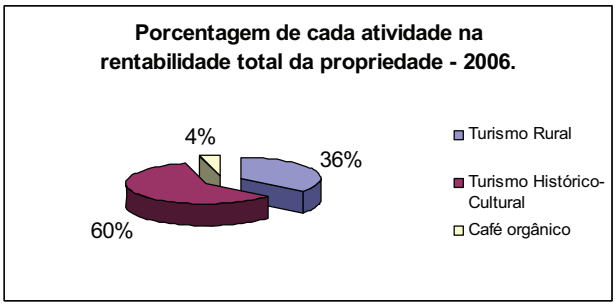

Figura 5. Porcentagem de cada atividade na rentabilidade total da propriedade – 2006. Fonte: Entrevista com Antonio Sestini. Realização dos autores.

Em todos os cálculos de contabilidade não foram considerados o pagamento pela mão-de-obra do proprietário. Em 1996, quando inaugurou o espaço, o proprietário investiu no *marketing* virtual, com a criação de um site em circulação até hoje e anuncia em jornal desde então. O proprietário afirma que o anúncio em jornal tem retorno demorado e deve

ser feito freqüentemente e acredita que o *marketing* boca-a-boca seja o mais retornável.

Periodicamente a fazenda é objeto de matérias de revistas e jornais, o que auxilia o processo de divulgação. Além disso, participa de feiras expondo o café e de toda e qualquer atividade realizada na comunidade. E está presente, acompanhando os hóspedes nas atividades garantindo o seu conforto. Para buscar os estrangeiros, o proprietário fez convênios com consulados europeus em SP.

Hoje participa da Associação do Circuito das Frutas e do Conselho dos Museus de Jundiaí. Acredita que as escalas de governo não incentivam a implantação do turismo, mas poderiam apoiar a divulgação para a criação de demanda por atividades que não descaracterizassem o meio rural, uma vez que o município encontra-se próximo ao centro metropolitano de São Paulo e Campinas, com fácil acesso. Além disso, a fazenda guarda a história viva da própria região. Cuja produção de café, foi a principal ponta a pé inicial do desenvolvimento econômico e social da região. Não participa do Circuito do Café pela distância das outras fazendas.

O empreendedor mora na Fazenda com a família: esposa e filha. Os quais vivem da renda obtida com as atividades realizadas na propriedade, não tem intenção de retornar à atividade agrícola, primeiro pela dificuldade de encontrar mão-de-obra qualificada e confiável e segundo pelo compromisso de preservação do patrimônio histórico e principalmente da família.

A fazenda não é tombada e o proprietário não tem interesse devido à dificuldade de manutenção e adaptação caso necessárias, além da ilusão de incentivo do governo caso seja tombado. O proprietário afirma que garantir o capital de giro nos 4 a 5 primeiros anos do empreendimento é essencial para a saúde financeira do negócio, ponderando o investimento inicial.

Fazenda Cachoeira

Propriedade de Benedito Crispim, na Fazenda Cachoeira é implantado o cultivo de café em 1895, quando são construídas as benfeitorias do local. Havia na época, 400 alqueires com 46 mil pés de café que produziam aproximadamente 12.000 arrobas de café. Considerando a média de produção de Itatiba no início do século XX de 350.000, como apontado nesse

trabalho, na figura1. Evolução da produção de café em Itatiba. A fazenda era responsável por 3,5% da produção municipal da época.

Quando foi comprada em 1939 por Humberto Checchinato, toda a produção cafeeira já encontrava-se abandonada. Parte da infra-estrutura, principalmente o maquinário de beneficiamento do café foi doado pelo novo dono. A área passou então à criação de gado de corte.

Na década de 1980, com a morte de Humberto Checchinato toda a área foi dividida entre parentes próximos. Restando ao neto de Checchinato: 6 alqueires, contendo a sede da Fazenda, até então denominada Cachoeira, devido à presença de pequenas quedas d'água na propriedade. Como arquiteto, restaurou toda a sede, que havia sido destruída anos antes, respeitando a planta e na medida do possível as características originais da casa. Desde então tornou-se casa de férias da família.

Durante a década de 1990, a fazenda foi alugada para clipes, comerciais e matérias de revistas, fatos que embora com periodicidade irregular, auxiliavam nos custeios da propriedade. Quando em 2003, a propriedade foi herdada pelos atuais donos: terceira geração da família verificou-se os altos custos de manutenção e decidiu-se a implantação de agricultura de pequeno porte.

Contratado agrônomo observou-se a viabilidade técnica de algumas culturas e decidiu-se a plantação de abobrinha decorativa em 8.000 m^2 agriculturáveis, cuja rentabilidade é suficiente para custear parte dos custos fixos anuais, uma vez que o ciclo da hortaliça é de 5 em 5 meses e requer rotação. A produção é escoada em pequenas quantidades pela própria família, em pontos diversos, desde capital até a litoral do Estado. Devido ao risco eminente de ação de intempéries, buscou-se alternativas que conservassem o patrimônio, então tombado em 2001. Hoje estuda-se a implantação de Turismo em Espaço Rural (TER).

Pereira (2005) levantou as características da fazenda, verificando os tipos de TER possíveis de serem explorados: turismo rural, agroturismo, Turismo histórico, ecológico, turismo de grupos. Em 2006, a autora verificou a viabilidade econômica das atividades potenciais, do qual se conclui que o turismo de grupo é a melhor opção, diante dos recursos financeiros disponíveis pelo proprietário.

A renda obtida pelas atividades é exclusivamente revertida à propriedade a fim de ampliar as possibilidades de exploração do TER e dessa forma aumentar a lucratividade local. Pereira (2006) verificou a rentabilidade proveniente da produção agrícola somada àquela proveniente da realização de Turismo de Grupos são suficientes para garantir os custos fixos mensais, além de remunerar um dos proprietários que seria considerado administrador dos negócios. Verifica-se que as duas atividades se realizadas paralelamente diminuem os riscos da sazonalidade do turismo e da ação das intempéries na agricultura.

Já que o TER é uma forma de preservação do patrimônio da família e nesse caso ainda do município, pretende-se buscar apoio governamental para o restauro de outras benfeitorias como a tulha e o moinho. Pretende-se como forma de *marketing*, criar site de divulgação, contar com o apoio de profissionais interessados em realizar turismo de grupo como: reuniões de saúde, cursos de imersão em línguas etc, buscando parcerias com profissionais e agências especializadas, que são o público-alvo inicial.

Embora não haja mais produção de café na propriedade, toda a infra-estrutura foi preservada e pretende-se ainda continuar preservando, como forma de retorno à comunidade.

Conclusão

O desenvolvimento econômico e social de Itatiba, bem como de grande parte do Estado de São Paulo, foi influenciado direta e indiretamente pela produção cafeeira, desde a metade do século XIX. Hoje, embora mais timidamente, ainda há traços da antiga produção que interferem positivamente na conjuntura econômica atual. Seja através da continuação do cultivo de café, como na Fazenda Nossa Senhora da Conceição e outras que somadas representam 27% das fazendas consideradas influenciadas, seja pela realização de Turismo em Espaço Rural explorando a infra-estrutura do século retrasado.

São evidências da influência do ciclo do café na conjuntura econômica atual do município de Itatiba: a preocupação seja individual ou coletiva com a preservação do patrimônio histórico da época; a preocupação com a realização de atividades de geração de renda que não danifiquem o

patrimônio, bem como apoiem financeiramente sua preservação; a busca pela divulgação de parte da história do município, bem como do país, através de visitas às fazendas; o desenvolvimento da indústria e do comércio oriundos dos primeiros impulsos dados pelo ciclo do café.

Diante dessas conclusões e pela lei é dever do proprietário preservar o patrimônio, porém esse deveria poder contar com o apoio do Estado. Guimaraens (2006) mostra que: "o poder público, com a colaboração da comunidade, promovera e protegera o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (pág 209). Ressaltando o que Lemos (1987) coloca como preservação: "livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano; conservar; livrar; defender e resguardar, afim de" manter conservadas as condições mínimas de sobrevivência "da identidade de um povo".

A Fazenda Cachoeira foi tombada, como forma de garantia legal de preservação pelo Condephaat em 2001 a pedido do proprietário. Já o proprietário da Fazenda Nossa Senhora da Conceição não possui interesse no tombamento, uma vez que acredita que a manutenção do local possa ser prejudicada pela alta burocracia decorrente da legislação do tombamento que veda: "a execução ou a autorização de obras de restauração ou conservação de qualquer bem de valor histórico ou artístico sem que o projeto respectivo seja aprovado pelo presidente da República". E se a manutenção ainda for considerada danosa é tipificada como crime: "dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico" e de alteração de local especificamente protegido (pág. 211).

A Fazenda Cachoeira nunca realizou alterações à infra-estrutura que se julgassem necessárias de autorização, logo não sofreu com a burocracia pertinente. Por outro lado, também nunca recebeu apoio nem do Município, nem do Estado e muito menos da Federação e nem de qualquer espécie para manutenção do patrimônio.

As duas fazendas têm em comum, além da presença da infra-estrutura do café e da implantação do TER, a iniciativa individual de preservação do patrimônio histórico-cultural, sem apoio das instâncias governamentais. Dessa forma, buscar-se-á estudar as políticas estatais cabíveis para o desenvolvimento agrícola, respeitando e apoiando a preservação dos patrimônios histórico-culturais.

Bibliografia:

BACHA, C.J.C. **Economia e Política Agrícola no Brasil** 2ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2004.

BACHA, E. 150 anos de café. In: **Marcellino Martins & E. Johnston: 150 anos de café** Greenhill, R e Bacha, E. (org) São Paulo: Imprinta gráfica e editora, 1992. 391p.

BENHAMOU, F. **L´economia della cultura** 2ed. Paris, La Découverte, 2000. 166p. Traduzione di Bárbara Amici. Società editrice il Mulino, Bologna.

BOTEON, M e Braga, D. Analise Econômica Mensal de agosto de 2006 In: Boletim Informativo – café arábica Cepea – Esalq/USP (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz / Universidade de São Paulo). Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br Acesso em 27 de setembro de 2006.

BUENO, R **Um estudo deste fenômeno até as décadas de l950/l960 no município de Jundiaí.** Monografia IV apresentada no curso de economia e administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do professor: João Idelbrando Bocchi., 1990 in CD-Rom.

CAMPANHOLA, C. e Silva, J.G. **Panorama do Turismo no Espaço Rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor**, disponível em site: <www.eco.unicamp.br/rurbano/textos/downlo>, acesso em 15/01/2006.

CAMPOS, J.B. Texto enviado para o Jornal "O Progresso" de Itatiba em 20 de agosto de 1944, ano 51 n1351. Disponivel no acervo do Museu Histórico Municipal: "Padre Francisco de Paula Lima", por Paulo Henrique; 1916.

DADOS DOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DE CAFÉ de 1934 a 1976, organizados pelo departamento Nacional do Café, Seção de Estatística, Rio de Janeiro.

DADOS DO BALANÇO DO AGRONEGÓCIO jan.. 2003. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponíveis em: www.agricultura.gov.br Acesso em 27/07/2006

DADOS DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ. Aliceweb, disponível em: www.aliceweb.gov.br Acesso em 19/09/2006

DADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE): Cidades, Censo Agrícola. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 15/05/2006

DEGANI, PAULOA. **"Padre Francisco de Paula Lima" do múnicípio de Itatiba.** 9 set. 2006.

DELGADO, G.C. Capital e Política Agraria no Brasil: 1930 – 1980. In: Szmrecsányi, T. e Suzigan, W. (org) **Historia do Brasil Contemporâneo** 2ed revista, São Paulo, SP: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica, Editora Da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

DENCKER, A. F.M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo** 6ed. São Paulo: Editora Futura, 2002. 286p.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil** 32ed. Rio de Janeiro: ed Campus, 1989 1v.

GREENHILL. R. Política Brasileira do café – uma avaliação centenária. In: **Marcellino Martins & E. johnson: 150 anos de café** Greenhill, R e Bacha, E. (org) São Paulo: Imprinta gráfica e editora, 1992. 391p.

GUIMARAENS, M.E.B. Os Instrumentos Jurídicos de Proteção ao patrimônio Cultural. Aplicação no meio rural. In: Almeida, J.A. e Souza, M. (org) **Turismo Rural. Patrimônio, cultura e legislação.** – 1ed. Santa Maria: Facos/USFM, 2006. 255p.

LAMBERT J. **Os dois Brasis** 10ed. São Paulo: Ed Nacional, 1978 278p.

LEMOS, C.A.C. **O Que é Patrimônio Histórico** 5ed. São Paulo: Ed Brasiliense S.A., 1987 115p.

PEREIRA, E.C. e Vian, C.E.F Identificação do potencial Turístico, do mercado consumidor, além das limitações da região de Itatiba para implantção de Turismo Em Espaço Rural (TER). In: **III Seminário ABAR SUL: Agronegócio Brasileiro: Crises e Desafios à universidade** págs: 184 – 197. Curitiba: 2006 CD-ROM.

PEREIRA, E.C. Identificação dos tipos exploráveis de turismo em espaço rural em 1 propriedade na região de Itatiba, SP. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 13., 2005. Piracicaba. Anais... Piracicaba: EDUSP, 2005. 1CD-ROM

PEREIRA, E.C. e Vian, C.E.F. Comparação de rentabilidade de atividades turísticas e agrícolas realizadas em propriedade rural no município de Itatiba In**: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 14**., 2006. Piracicaba. Anais... Piracicaba: EDUSP, 2006. in prelo

PEREIRA. E. C. Construções Rurais de imigrantes Italianos no Núcleo Colonial Barao de jundiaí In: Boni, L.A. (org) **A presença Italiana no Brasil** v**ol.II** São Paulo: Ed. Est/Fondazione Giovanni Agnelli, RS: 1990 740p.

PEREIRA, E. C. e Filippini, E. **Cem Anos de Imigração Italiana em jundiaí** led. São Paulo: Estudio RO, 1988. 1v.

ROCHA, P et al A fruticultura no Polo Bandeirante: tendencias e perspectivas. In: **III Seminário ABAR Sul, associação Brasileira de Adm Rural – região Sul.** Curitiba, PA, 2006.

SAES, M. S. M. e Farina, E.M.M.Q. **O Agribusiness do café no Brasil** 1ed. São Paulo, SP: Editora Milkbizz, 1999. v1.

SAES, F.A.M. **A grande empresa de serviços publicos na economia cafeeira** 1ed. São Paulo: edit. Huctec, 1986 298p.

SANDUVETTE, Verônica. Fazenda Cachoeira. Itatiba/SP. 15 ago. 2006.

SANFINS N. et al **Plano de Desenvolvimento turístico do município de Itatiba** Trabalho da disciplina de Planejamento e Organização do Turismo, do curso de Turismo, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; sob orientação do prof. José Antonio Scaleante – Campinas, 2002. in CD-ROM

SESTINI, Antônio. **Fazenda Nossa Senhora da Conceição.** Itatiba/SP. 22 ago. 2006

SILVA, J.G et al Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil * Versão revisada do trabalho apresentado no Congresso Internacional sobre "Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável", realizado em Santa Maria (RS) de 27 a 29 de maio de 1998 e publicado em Almeida, J.; Froehlich, J; Riedl, M., orgs. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria, FAPERGS/CNPq/CAPES/SETUR, pp. 11-48.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e origens da industria no Brasil**. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1976.

SZMRECSÁNYI, T. e Ramos, P. O Papel das políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira IN: Szmrecsányi, T. e Suzigan, W. (org) **Historia do Brasil Contemporâneo** 2ed revista, São Paulo, SP: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica, Editora Da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

SZMRECSÁNYI, T **Pequena Historia da Agricultura no Brasil: Do escravismo ao trabalho livre estrutura agraria e relacoes de trabalho para onde vai a agrcicultura?** 1 ed. São Paulo, SP: Contexto, 1990. v1.

VEIGA, S. e AZEVEDO N. Almanaque de Itatiba para 1916. Tipografado para o **Progresso de Itatiba**, pags 9,10,11 e 12. Disponivel no acervo do Museu Histórico Municipal: "Padre Francisco de Paula Lima", por Paulo Henrique; 1916.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, Planejamento e métodos**. 2ed. São Paulo: Bookman. 2001. 1v.